



Rendimento de todas as fontes 2023

 ISBN 978-85-240-4611-7
 © IBGE, 2024

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, investiga, regularmente, informações sobre os rendimentos provenientes de todos os trabalhos e de outras fontes não oriundas do trabalho das pessoas residentes no Brasil¹.

Dada a importância, o peso e a variabilidade dos rendimentos do trabalho, na PNAD Contínua sua captação é feita de duas formas. A primeira se refere ao rendimento bruto recebido no mês de referência pelo trabalho, classificado como rendimento efetivo do trabalho. A segunda forma se refere ao rendimento bruto normalmente recebido pelo trabalho, classificado como rendimento habitual do trabalho. Ambos são investigados em todas as entrevistas para moradores de 14 anos ou mais de idade, ocupados na semana de referência.

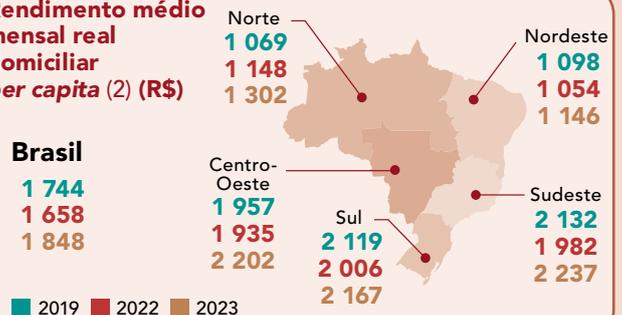
O rendimento de outras fontes², por outro lado, é pesquisado na primeira e na quinta visita, para todos os moradores do domicílio, e o valor considerado é o recebido no mês de referência da pesquisa.

Neste informativo são utilizadas as informações dos rendimentos habitualmente recebidos de todos os trabalhos e dos recebidos de outras fontes no mês de referência, deflacionados³ a preços médios de 2023. Adicionalmente, para o cálculo dos indicadores, são considerados os dados acumulados de primeiras visitas, exceto o período 2020-2022, que utilizou o acumulado de quintas visitas, devido à pandemia de COVID-19 e a resultante queda da taxa de resposta das primeiras visitas nesse período⁴.

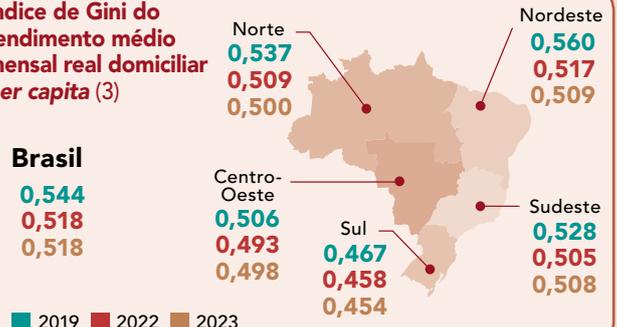
Participação na composição do rendimento médio mensal real domiciliar per capita, segundo o tipo de rendimento (%)

	2019	2022	2023
Todos os trabalhos (1)	74,4	74,5	74,2
Aposentadoria e pensão	18,7	18,1	17,5
Aluguel e arrendamento	2,4	1,9	2,2
Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador	1,2	0,9	0,9
Outros rendimentos	3,4	4,6	5,2

Rendimento médio mensal real domiciliar per capita (2) (R\$)



Índice de Gini do rendimento médio mensal real domiciliar per capita (3)



¹ Por decisão editorial, a publicação é divulgada em duas partes. A primeira parte corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados da pesquisa, e é disponibilizado tanto em meio impresso como em meio digital (formato PDF) no portal do IBGE na Internet. A segunda é constituída pelo documento de Notas técnicas, que traz considerações de natureza metodológica sobre o levantamento e é veiculada apenas em meio digital (formato PDF) no portal do IBGE na Internet, no endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?&t=notas-tecnicas>. Acesso em: mar. 2024.

² O rendimento proveniente de outras fontes é composto pelo rendimento efetivamente recebido no mês de referência de: programas sociais do governo (Programa Bolsa Família/Auxílio Brasil, Benefício de Prestação Continuada, da Lei Orgânica da Assistência Social - BPC-LOAS, outros programas sociais do governo); aposentadoria e pensão de instituto de previdência oficial federal, estadual, municipal, ou do governo federal, estadual, municipal; aluguel e arrendamento; seguro-desemprego ou seguro-defeso; pensão alimentícia, doação e mesada de não morador; e outros rendimentos, em que estão incluídos rentabilidades de aplicações financeiras, bolsas de estudos, direitos autorais, exploração de patentes etc.

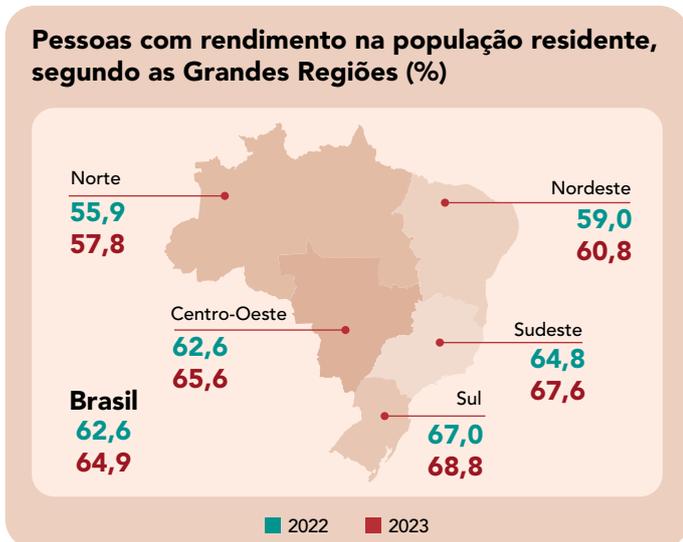
³ Os indicadores de rendimento do trabalho investigados pela PNAD Contínua são divulgados em termos nominais e em termos reais. Para o deflacionamento dos rendimentos nominais, é utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo IBGE. Para informações mais detalhadas, consultar: IBGE. [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua]. *Deflacionamento dos rendimentos do trabalho dos trimestres móveis da PNAD Contínua*. Rio de Janeiro, 16 out. 2018. 3 p. Nota técnica maio/2015 (atualizada em out./2018). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?&t=notas-tecnicas>. Acesso em: mar. 2024.

⁴ Para informações mais detalhadas, consultar: IBGE. [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua]. *Sobre os rendimentos de todas as fontes 2020*. Rio de Janeiro, 19 nov. 2021. 3 p. Nota técnica 05/2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?&t=notas-tecnicas>. Acesso em: mar. 2024.

População residente com rendimento

Em 2023, foram estimadas 215,6 milhões de pessoas residentes no País⁵, ante 197,7 milhões em 2012. A Região Sudeste concentrava a maior parte da população (42,1%), seguida das Regiões Nordeste (26,9%), Sul (14,3%), Norte (8,8%) e Centro-Oeste (7,9%).

Do total de pessoas residentes no Brasil, em 2023, 64,9% (140,0 milhões) possuíam algum tipo de rendimento. A Região Sul (68,8%) apresentou a maior estimativa em todos os anos da série histórica iniciada em 2012, enquanto as Regiões Norte e Nordeste, as menores (57,8% e 60,8%, respectivamente). Na comparação com 2022, todas as Grandes Regiões apresentaram aumento do percentual de pessoas com rendimento no total da população residente.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022-2023.
Nota: Dados consolidados de quintas visitas em 2022, e de primeiras visitas em 2023.

Distribuição das pessoas por tipo de rendimento recebido

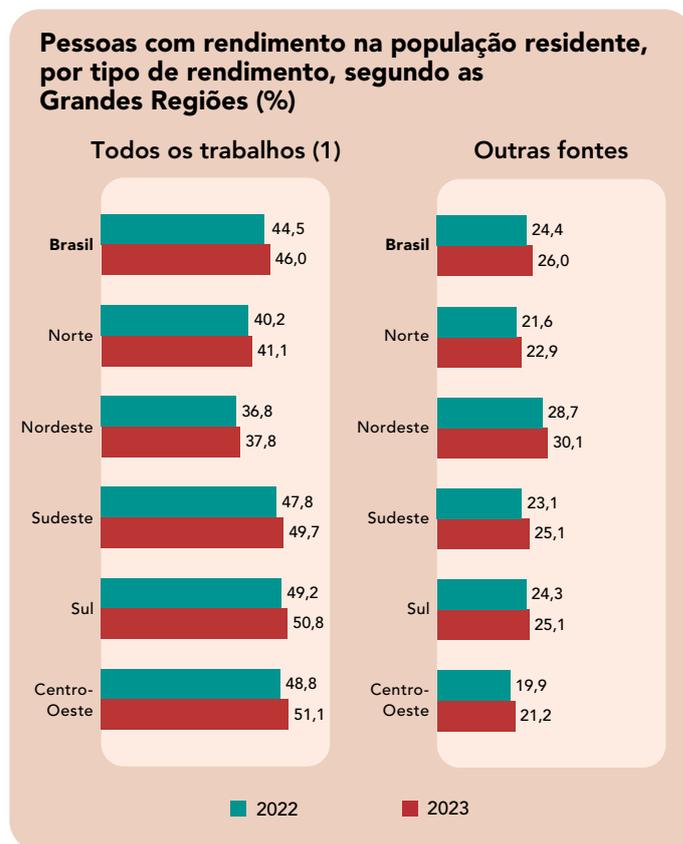
Em 2023, o contingente de pessoas que possuíam rendimento de trabalho, considerando todos os trabalhos, correspondia a 46,0% da população residente (99,2 milhões de pessoas), *vis-à-vis* 44,5% (95,2 milhões) em 2022. Quanto ao rendimento proveniente de outras fontes, 26,0% (56,0 milhões) dos residentes possuíam, em 2023, alguma fonte de rendimento diferente de trabalho, enquanto, em 2022, essa estimativa era de 24,4% (52,2 milhões).

Portanto, a tendência de aumento da parcela da população com rendimento do trabalho que se observou desde 2021, após queda registrada no primeiro ano da pandemia de COVID-19, manteve-se em 2023. A parcela da população recebendo rendimento de outras fontes, diferentemente do observado nos dois anos anteriores, também cresceu em 2023, contribuindo, dessa forma, para o aumento do percentual da população com algum tipo de rendimento, seja

ou não proveniente do trabalho, que atingiu no último ano o seu maior nível da série histórica da PNAD Contínua.

Regionalmente, em 2023, o Centro-Oeste (51,1%) assumiu a posição de Grande Região com o maior percentual de pessoas com rendimento habitualmente recebido de todos os trabalhos, ultrapassando o Sul (50,8%). A Região Nordeste, por outro lado, registra o menor percentual de pessoas com esse rendimento (37,8%) e o maior percentual daquelas que recebiam de outras fontes (30,1%).

Dentre os componentes dos rendimentos de outras fontes, a categoria aposentadoria e pensão manteve a maior estimativa: 13,4% da população residente recebia este rendimento em 2023, o que correspondia a 29,0 milhões de pessoas; seguida por outros rendimentos⁶, 10,1% (21,9 milhões de pessoas). Com percentuais bem menores, situavam-se as categorias de pensão alimentícia, doação e mesada de não morador (2,3%) e de aluguel e arrendamento (1,8%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022-2023.
Nota: Dados consolidados de quintas visitas em 2022, e de primeiras visitas em 2023.
(1) Rendimento habitualmente recebido em todos os trabalhos pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.

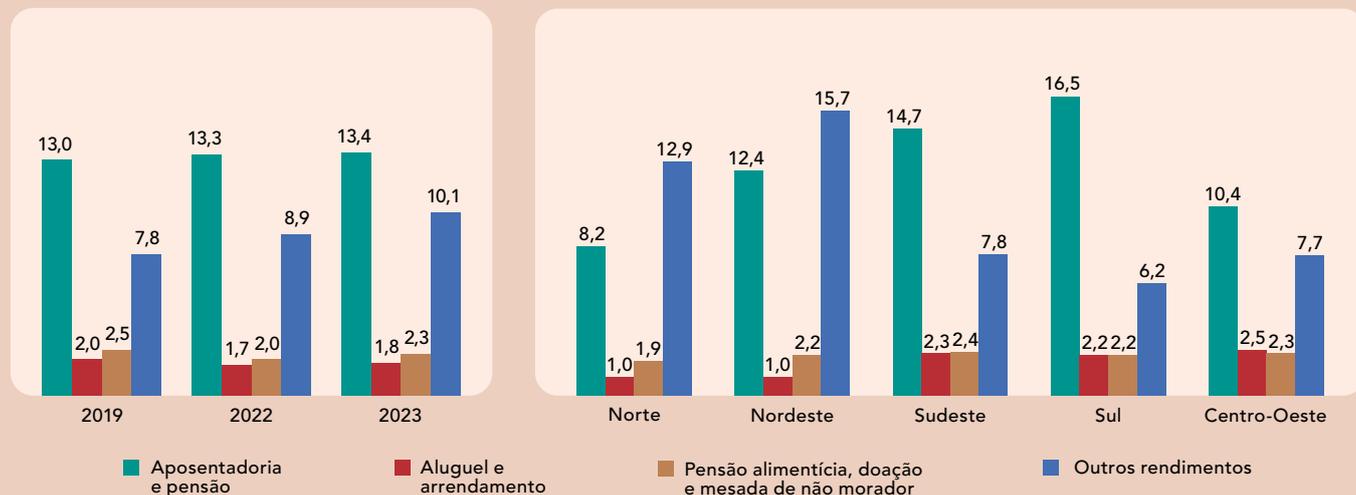
⁵ Na presente publicação, as estimativas de população total estão baseadas nos dados das Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação, Revisão 2018, também calculadas pelo IBGE. Para informações mais detalhadas, consultar: IBGE. *Projeções da população: Brasil e Unidades da Federação: revisão 2018*. 2. ed. Rio de Janeiro, 2018. 43 p. (Série relatórios metodológicos, v. 40). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?edicao=21830&t=notas-tecnicas>. Acesso em: mar. 2024.

⁶ O componente outros rendimentos inclui os rendimentos provenientes dos diversos programas sociais do governo, incluindo o Bolsa Família, o BPC-LOAS e outros programas sociais governamentais, além do seguro-desemprego, seguro-defeso, rentabilidades de aplicações financeiras, bolsas de estudos, dentre outros.

Pessoas com rendimento proveniente de outras fontes, na população residente, por tipo de rendimento (%)

Brasil
2022-2023

Grandes Regiões
2023



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2023.
Nota: Dados consolidados de primeiras visitas em 2019 e 2023, e de quintas visitas em 2022.

Entre 2022 e 2023, destaca-se o aumento da proporção da população recebendo outros rendimentos, de 8,9% para 10,1%, mantendo-se em nível superior ao observado no período pré-pandemia. O maior percentual de pessoas que recebiam outros rendimentos ocorreu em 2020 (14,3%), com a criação do Auxílio Emergencial para fazer frente aos efeitos socioeconômicos da pandemia do novo coronavírus naquele ano, enquanto, em 2019, eram 7,8%.

Na análise regional, os resultados mostraram que nas Regiões Norte e Nordeste os percentuais de pessoas que recebiam outros rendimentos (12,9% e 15,7%, respectivamente) se destacavam dentre aqueles observados nas demais Grandes Regiões, com valores superiores à média do País (10,1%). Observa-se que, nessas Regiões, o percentual de pessoas que recebiam outros rendimentos era superior ao daquelas que recebiam quaisquer das outras fontes de rendimento não oriundas do trabalho. Esse cenário pode ser explicado, em

parte, pelo fato de apresentarem significativa parcela de beneficiários de programas sociais, e, no caso da Região Norte, pelo perfil etário mais jovem de sua população, se comparada às demais Regiões.

Aposentadoria e pensão registrou os maiores percentuais, dentre as categorias que compõem o rendimento de outras fontes, nas Regiões Sudeste (14,7%), Sul (16,5%) e Centro-Oeste (10,4%), sendo as duas primeiras as Regiões com a população mais envelhecida do País.

Rendimento médio mensal real da população residente com rendimento

Rendimento de todas as fontes

Observando-se a série histórica da pesquisa, de 2012 a 2019, o rendimento médio real de todas as fontes apresentou um crescimento acumulado de 4,3% no período (de R\$ 2 719 para R\$ 2 835). Com a pandemia de COVID-19, o rendimento de todas as fontes se reduziu em 3,5% em 2020, e em 5,2% em 2021. Em 2022, este apresentou aumento de 2,0%, alcançando R\$ 2 648, permanecendo, no entanto, abaixo do valor estimado em 2012, ano inicial da série. Em 2023, o rendimento de todas as fontes apresentou um

crescimento de 7,5% em relação ao ano anterior, atingindo R\$ 2 846. Com essa expansão, o valor do rendimento aproximou-se, em termos reais, do máximo da série histórica, registrado em 2014 (R\$ 2 850).

Em 2023, considerando a população residente com rendimento, observa-se que os diferenciais regionais de rendimento médio mensal real de todas as fontes permaneceram bastante acentuados: a Região Centro-Oeste registrou o maior valor (R\$ 3 355), seguida pelas Regiões Sudeste (R\$ 3 308) e Sul (R\$ 3 149), enquanto o menor foi verificado na Região Nor-

deste (R\$ 1 885). De 2022 para 2023, todas as Grandes Regiões registraram aumento do rendimento de todas as fontes, com a maior elevação ocorrendo na Região Norte (9,9%) e a menor expansão, na Sul (5,2%). Em comparação com 2019, apenas as Regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram crescimento do rendimento no período, de 12,8% e 6,7%, respectivamente, ao passo que as Regiões Nordeste, Sudeste e Sul ainda apresentavam, em 2023, rendimento de todas as fontes um pouco abaixo do valor registrado no ano que antecedeu a pandemia do novo coronavírus.

Rendimento de todos os trabalhos

O rendimento médio mensal real habitualmente recebido de todos os trabalhos (calculado para as pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência) foi estimado em R\$ 2 979 em 2023, o que representa uma expansão de 7,2% em relação a 2022 (R\$ 2 780). Considerando a série histórica, o rendimento habitual de todos os trabalhos apresentou crescimento acumulado de 4,3% entre 2012 e 2019 (de R\$ 2 807 para R\$ 2 927). No primeiro ano da pandemia de COVID-19, esse rendimento atingiu o maior valor da série (R\$ 3 028), o que não se deve, no entanto, a um dinamismo do mercado de trabalho, mas sobretudo pelo fato de que os trabalhadores informais, de menor rendimento médio, foram o grupo mais atingido pela pandemia, de forma a alterar a composição da força de trabalho ocupada. Nos dois anos seguintes (2021 e 2022), o rendimento médio de todos os trabalhos apresentou retração, como possível resultado da expansão da informalidade na ocupação, mas voltou a crescer em 2023, superando em 1,8% o valor registrado em 2019.

Assim como observado no rendimento de todas as fontes, as Regiões Nordeste (R\$ 1 991) e Norte (R\$ 2 416) registraram os menores valores para o rendimento habitual do trabalho, ao passo que as Regiões Centro-Oeste (R\$ 3 418), Sudeste (R\$ 3 389) e Sul (R\$ 3 225), os maiores. Em relação ao ano de 2022, houve elevação do rendimento habitual do trabalho em todas as Grandes Regiões, com destaque para a Região Norte (11,2%), seguida pelas Regiões Centro-Oeste (8,1%) e Sudeste (7,7%). Na comparação com 2019, as Regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram aumento considerável do rendimento médio mensal habitual de todos os trabalhos, com crescimento de 14,1% e 7,9%, respectivamente, ao passo que nas Regiões Nordeste (-1,6%) e Sul (-0,4%) houve pequena queda.

Rendimentos de outras fontes

De 2012 (R\$ 1 775) a 2019 (R\$ 1 892), o rendimento médio mensal real proveniente de outras fontes acumulou ganho de 6,6%, alcançando, em 2019, o valor máximo da série histórica. Em 2020, contudo, o rendimento médio de outras fontes registrou forte queda⁷, de 15,4%, baixando para R\$ 1 601, e voltou a cair em 2021, quando o rendimento médio de outras fontes foi estimado em R\$ 1 544, levando a estimativa ao menor valor da série. Em 2022, no entanto, o rendimento de outras fontes voltou a crescer (12,1%), sendo estimado em R\$ 1 731, movimento que se manteve em 2023 (6,1%), alcançando R\$ 1 837. Em 2023, assim como foi observado em 2022, a elevação ocorreu em todas as Grandes Regiões, com a Centro-Oeste (8,3%) apresentando a maior variação, e a Região Nordeste (4,1%), a menor. Ao comparar com 2019, observa-se que apenas a Região Norte (9,5%) apresentou expansão do rendimento médio de outras fontes.

Dentre todas as categorias que compõem o rendimento proveniente de outras fontes, o item aposentadoria e pensão manteve-se como o de maior média em 2023 (R\$ 2 408), apresentando cresci-

mento de 6,6% em relação a 2022 (R\$ 2 258), mas permanecendo 3,6% abaixo do observado em 2019 (R\$ 2 499). Em todas as Grandes Regiões, com exceção da Região Sul (R\$ 2 321), a aposentadoria e pensão também representava a categoria de maior valor médio entre os rendimentos de outras fontes, variando de R\$ 1 971 na Região Nordeste a R\$ 2 935 na Região Centro-Oeste. Entre 2022 e 2023, houve elevação do seu valor médio em todas as Grandes Regiões, com a taxa de crescimento variando de 3,0% na Região Sul a 10,9% na Centro-Oeste. Em relação a 2019, houve queda do rendimento médio de aposentadorias e pensões em todas as Grandes Regiões, exceto na Região Norte, cujo valor ficou estável no período.

Os rendimentos provenientes de aluguel e arrendamento apresentaram valor médio de R\$ 2 191 em 2023, crescimento de 19,3% se comparado ao estimado para 2022 (R\$ 1 836) e de 3,5% em relação a 2019 (R\$ 2 177). Em termos regionais, apenas a Região Norte (-8,6%) apresentou queda no valor médio desse rendimento entre 2022 e 2023. A Região Sul, por outro lado, registrou a maior expansão (28,9%), com o valor médio alcançando R\$ 2 661, o maior valor dessa categoria entre as Grandes Regiões e superando o rendimento médio de aposentadoria e pensão na Região.

Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador totalizavam, em média, R\$ 753, valor 4,6% acima do estimado no ano anterior (R\$ 720). Analisando por Grandes Regiões, observa-se que enquanto a Região Sudeste (5,8%) apresentou o maior ganho nesse rendimento entre 2022 e 2023, as Regiões Centro-Oeste (-8,2%) e Sul (-1,0%) apresentaram perda. No período 2019-2023, houve queda de 5,9% do rendimento médio de pensão alimentícia, doação e mesada de não morador, tendo ocorrido retração do valor desse rendimento em todas as Grandes Regiões.

Em 2023, as pessoas que declararam possuir outros rendimentos, além dos anteriormente citados, recebiam em média R\$ 947. Esse valor foi o maior da série histórica e, se comparado ao estimado para 2022 (R\$ 850), apresentou elevação de 11,4%. O significativo aumento do valor médio de outros rendimentos, entre 2022 e 2023, ocorreu em todas as Grandes Regiões, com destaque para a Região Norte (20,6%), seguida pelas Regiões Centro-Oeste (16,7%) e Sul (12,1%). Em relação a 2019 (R\$ 747), o valor médio dos outros rendimentos cresceu 26,8% no País, com destaque para as Regiões Norte (61,8%) e Nordeste (57,9%), que apresentaram expansão bastante expressiva.

Observou-se, portanto, que na média nacional todos os componentes do rendimento de outras fontes – aposentadoria e pensão, aluguel e arrendamento, pensão alimentícia, doação e mesada de não morador e outros rendimentos – registraram aumento no seu valor médio entre 2022 e 2023, ainda que determinados componentes tenham apresentado queda em algumas Regiões. Em comparação a 2019, por outro lado, houve aumento apenas nos valores médios do rendimento de aluguel e arrendamento e de outros rendimentos.

⁷ Em 2020, a acentuada queda do rendimento médio de outras fontes pode ser parcialmente explicada por uma mudança na composição das pessoas que recebiam esse rendimento, o que se deve à forte expansão, no primeiro ano da pandemia de COVID-19, do número de pessoas que recebiam rendimentos de programas sociais, sobretudo o Auxílio Emergencial, cujo valor médio era inferior ao valor médio de outros componentes do rendimento de outras fontes, como aposentadoria e pensão e aluguel e arrendamento.

Rendimento médio mensal real da população residente com rendimento, por Grandes Regiões, segundo o tipo de rendimento (R\$)

Brasil e Grandes Regiões	Tipo de rendimento	Ano					
		2012	2019	2020	2021	2022	2023
Brasil	Todas as fontes	2 719	2 835	2 737	2 595	2 648	2 846
	Todos os trabalhos (1)	2 807	2 927	3 028	2 838	2 780	2 979
	Outras fontes	1 775	1 892	1 601	1 544	1 731	1 837
	Aposentadoria e pensão	2 297	2 499	2 372	2 244	2 258	2 408
	Aluguel e arrendamento	2 226	2 117	2 009	2 081	1 836	2 191
	Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador	759	800	799	764	720	753
	Outros rendimentos	835	747	839	587	850	947
Norte	Todas as fontes	2 141	1 999	2 000	1 858	2 052	2 255
	Todos os trabalhos (1)	2 276	2 117	2 211	2 104	2 173	2 416
	Outras fontes	1 189	1 229	1 122	936	1 268	1 346
	Aposentadoria e pensão	1 910	2 105	1 879	1 768	2 016	2 112
	Aluguel e arrendamento	1 826	1 441	1 291	1 454	1 590	1 453
	Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador	657	674	623	439	576	584
	Outros rendimentos	591	531	784	455	712	859
Nordeste	Todas as fontes	1 787	1 912	1 933	1 720	1 788	1 885
	Todos os trabalhos (1)	1 887	2 024	2 178	1 960	1 889	1 991
	Outras fontes	1 162	1 311	1 239	1 067	1 254	1 305
	Aposentadoria e pensão	1 866	2 087	1 993	1 879	1 880	1 971
	Aluguel e arrendamento	1 436	1 615	1 563	1 363	1 216	1 381
	Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador	540	534	550	444	445	459
	Outros rendimentos	503	497	771	477	720	785
Sudeste	Todas as fontes	3 168	3 339	3 181	3 067	3 058	3 308
	Todos os trabalhos (1)	3 191	3 356	3 451	3 261	3 147	3 389
	Outras fontes	2 237	2 335	1 877	1 911	2 063	2 201
	Aposentadoria e pensão	2 500	2 738	2 614	2 451	2 448	2 641
	Aluguel e arrendamento	2 580	2 436	2 263	2 371	1 905	2 305
	Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador	933	950	938	1 005	886	937
	Outros rendimentos	1 309	1 087	907	745	1 047	1 136
Sul	Todas as fontes	3 060	3 170	3 033	2 915	2 992	3 149
	Todos os trabalhos (1)	3 088	3 238	3 247	3 065	3 083	3 225
	Outras fontes	2 065	2 111	1 830	1 857	2 006	2 103
	Aposentadoria e pensão	2 333	2 412	2 294	2 256	2 253	2 321
	Aluguel e arrendamento	2 354	1 991	2 012	2 195	2 064	2 661
	Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador	805	941	934	910	824	816
	Outros rendimentos	1 059	963	915	626	1 012	1 134
Centro-Oeste	Todas as fontes	3 149	3 145	3 043	2 925	3 089	3 355
	Todos os trabalhos (1)	3 249	3 169	3 271	3 108	3 162	3 418
	Outras fontes	1 939	2 192	1 731	1 687	1 980	2 145
	Aposentadoria e pensão	2 828	3 067	2 798	2 522	2 646	2 935
	Aluguel e arrendamento	1 969	2 007	1 793	1 909	2 163	2 351
	Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador	813	771	790	794	808	742
	Outros rendimentos	800	824	829	647	812	948

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2023.

Notas: 1. A preços médios de 2023.

2. Dados consolidados de primeiras visitas em 2012, 2019 e 2023, e de quintas visitas no período 2020-2022.

(1) Rendimento habitualmente recebido em todos os trabalhos pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.

Rendimento do trabalho

Massa de rendimento mensal real de todos os trabalhos da população ocupada

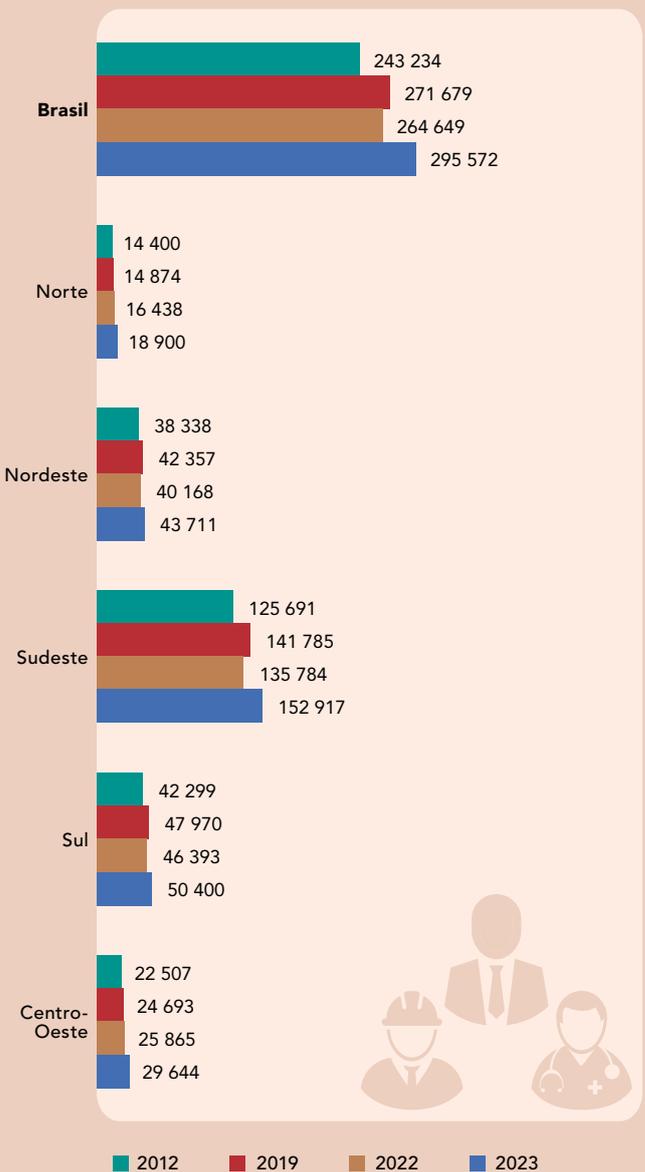
Em 2023, o rendimento habitualmente recebido de todos os trabalhos resultou em uma massa mensal de rendimento de R\$ 295,6 bilhões, o maior valor da série histórica da PNAD Contínua. Esse valor representa um crescimento real de 11,7% em relação a 2022 (R\$ 264,6 bilhões) e de 8,8% frente a 2019 (R\$ 271,7 bilhões), até então o ano com o maior valor da série.

Analisando a série histórica desde 2012, observa-se que a massa de rendimento registrou movimento de expansão entre 2012 e 2019 (crescimento de 11,7% no acumulado do período), com posterior queda no período da pandemia de COVID-19 (perdas anuais de 5,6% em 2020 e de 3,2% em 2021). Em 2022, inicia-se um movimento de recuperação da massa de rendimento de todos os trabalhos, com crescimento de 6,6%, tendência esta que se manteve em 2023.

O expressivo aumento da massa de rendimento do trabalho em 2023, em relação ao ano anterior, foi resultante tanto do crescimento da população ocupada quanto do rendimento médio do trabalho, conforme visto anteriormente. Entre 2022 e 2023, a população ocupada com rendimento cresceu 4,2%, passando de 95,2 milhões para 99,2 milhões de pessoas, maior valor da série. Essas 4,0 milhões de pessoas ocupadas a mais, em 2023, somaram-se a uma expansão da ocupação em 7,7 milhões de pessoas em 2022, ano em que já tinham sido recuperadas as perdas ocorridas durante a pandemia. Assim, em 2023, havia 6,4 milhões de pessoas ocupadas a mais em comparação a 2019, quando a população ocupada com rendimento era de 92,8 milhões.

Em termos regionais, a Região Sudeste, a mais populosa do País, continuou registrando a maior massa de rendimento do trabalho em 2023 (R\$ 152,9 bilhões), seguida pela Região Sul (R\$ 50,4 bilhões). Por outro lado, a menor massa foi registrada pela Região Norte (18,9 bilhões). Em todas as Grandes Regiões houve elevação da massa de rendimento do trabalho entre 2022 e 2023, com maior intensidade nas Regiões Norte (15,0%), Centro-Oeste (14,6%) e Sudeste (12,6%). A expansão da massa de rendimentos, em todas as Grandes Regiões, é explicada pelo aumento tanto da ocupação quanto do rendimento médio de todos os trabalhos. Em relação a 2019, também ocorreu crescimento da massa de rendimento do trabalho em todas as Grande Regiões, destacando-se, mais uma vez, as Regiões Norte (27,1%) e Centro-Oeste (20,1%).

Massa do rendimento mensal real de todos os trabalhos, segundo as Grandes Regiões (milhões R\$)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2023.
 Notas: 1. A preços médios de 2023.
 2. Rendimento habitualmente recebido em todos os trabalhos pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.
 3. Dados consolidados de primeiras visitas em 2012, 2019 e 2023, e de quintas visitas em 2022.

Índice de Gini⁸ do rendimento habitualmente recebido de todos os trabalhos

A análise da série histórica do índice de Gini do rendimento médio mensal real habitualmente recebido de todos os trabalhos mostra que, entre 2012 e 2015, houve uma tendência de redução desse indicador, passando de 0,504 para 0,490. Em 2016, entretanto, o índice aumentou para 0,498, valor no qual se manteve em 2017, e alcançou os maiores valores da série (0,506) em 2018 e 2019. Com a pandemia de COVID-19 e a redução brusca do contingente de ocupados, afetando sobretudo aqueles em posições mais vulneráveis e com menores rendimen-

tos médios – como os trabalhadores por conta própria sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, trabalhadores domésticos e empregados do setor privado sem carteira –, a desigualdade do rendimento do trabalho da população que se manteve ocupada diminuiu, fazendo o índice de Gini cair a 0,500, em 2020, e oscilar para 0,499, em 2021. Em 2022, ano em que se observou um aumento substantivo da ocupação, o índice caiu ao menor valor da série (0,486)⁹, ao passo que, em 2023, o valor do índice de Gini do rendimento de todos os trabalhos voltou a subir (0,494). Entre 2022 e 2023, observa-se que a maior expansão do rendimento do trabalho ocorreu na classe de pessoas no décimo mais elevado de

rendimento, enquanto a menor taxa de crescimento ocorreu para os 10% de menor rendimento do trabalho.

As estimativas do Gini do rendimento do trabalho registraram elevação em todas as Grandes Regiões em 2023. A Região Sul (0,432) permaneceu com o menor índice, enquanto a Região Nordeste (0,509) apresentou o maior, mantendo-se como a Região com a distribuição de rendimentos do trabalho mais desigual do País. De 2022 para 2023, as Regiões Sul e Norte apresentaram as menores variações no índice, ao passo que a Região Sudeste apresentou o crescimento mais acentuado da desigualdade do rendimento do trabalho no período, medida pelo índice de Gini (aumento de 0,011).

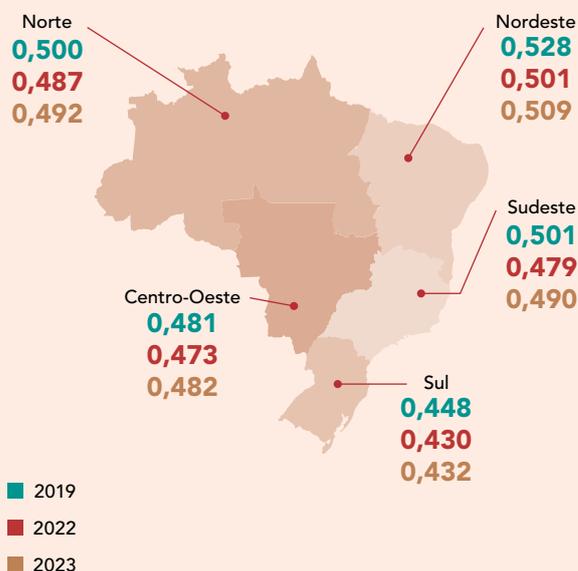
Índice de Gini do rendimento médio de todos os trabalhos

Brasil

2012	2013	2014	2015	2016	2017
0,504	0,499	0,497	0,490	0,498	0,498
2018	2019	2020	2021	2022	2023
0,506	0,506	0,500	0,499	0,486	0,494



Grandes Regiões



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2023.

Notas: 1. A preços médios do ano.

2. Rendimento habitualmente recebido em todos os trabalhos pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.

3. Dados consolidados de primeiras visitas no período 2012-2019 e em 2023, e de quintas visitas no período 2020-2022.

⁸ O índice de Gini é uma medida de concentração de uma distribuição, e seu valor varia de zero (perfeita igualdade) até um (desigualdade máxima).

⁹ Entre 2021 e 2022, observa-se maior crescimento do rendimento médio de algumas categorias com forte presença de trabalhadores informais, como os trabalhadores por conta própria e trabalhadores domésticos, e queda, em termos reais, do rendimento médio de empregados do setor público e empregadores.

Rendimento domiciliar per capita

Participação dos diversos tipos de rendimento na composição do rendimento médio domiciliar per capita

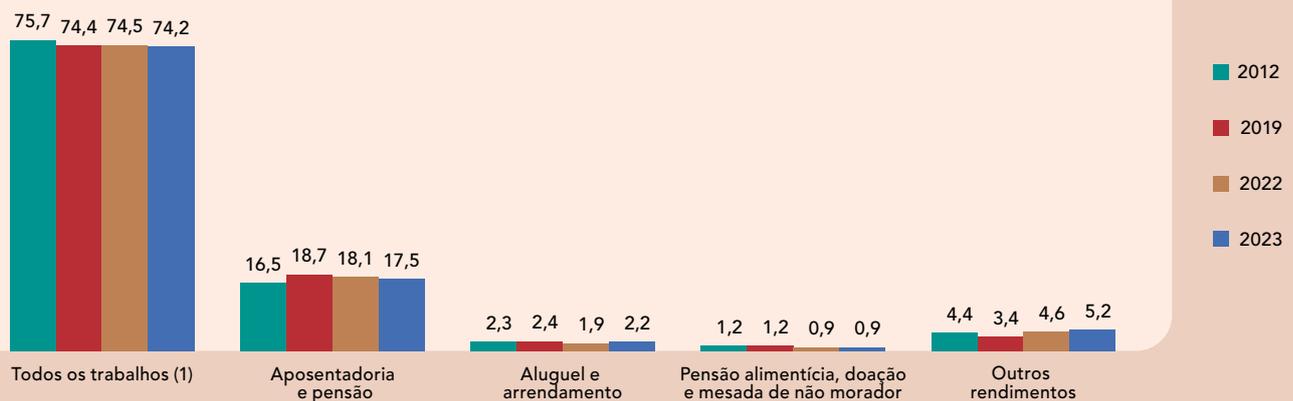
Em 2023, o rendimento de todos os trabalhos compunha 74,2% do rendimento médio mensal real domiciliar per capita. Os 25,8% provenientes de outras fontes se dividiam em rendimentos de aposentadoria e pensão (17,5%), que correspondiam à maior parte, mas também em aluguel e arrendamento (2,2%), pensão alimentícia, doação e mesada de não morador (0,9%) e outros rendimentos (5,2%).

Até 2014, houve crescimento da parcela do rendimento de todos os trabalhos no rendimento domiciliar per capita, atingindo o maior valor da série (76,9%) nesse ano. A partir de 2015, aumentou a parcela relativa a outras fontes de rendimento, motivado, sobretudo, pelo comportamento da alta de aposentadoria e pensão, que alcançou 18,7% em 2018 e 2019. Em 2020, ano de forte retração do mercado de trabalho, a parcela do rendimento de todos os trabalhos no rendimento domiciliar per capita atingiu o menor valor da série (72,8%). Nesse ano, o aumento da participação das outras fontes se deu na rubrica outros rendimentos (de 3,4%, em 2019, para 7,2%), o que se deve à criação do Auxílio Emergencial¹⁰ para fazer frente aos efeitos socioeconômicos da pandemia de COVID-19. Em 2021, com o início da flexibilização das medidas sanitárias e mudanças no Auxílio Emergencial, a parcela do rendimento do tra-

balho no rendimento domiciliar per capita se elevou para 75,3%, e as outras fontes perderam espaço principalmente pela redução do peso dos outros rendimentos (de 7,2% para 4,0%). Com a substituição do Programa Bolsa Família pelo Auxílio Brasil no final de 2021, nos moldes mais parecidos ao antigo Auxílio Emergencial em termos de público-alvo e valor médio¹¹, a rubrica outras fontes voltou a aumentar em 2022 (de 24,7% para 25,5%), em parte explicada pelos outros rendimentos que passaram de 4,0% para 4,6%.

Em março de 2023, o Programa Bolsa Família¹² foi relançado em substituição ao Programa Auxílio Brasil, mantendo o valor mínimo de R\$ 600, mas com a inclusão de novos benefícios de acordo com a composição familiar, de forma a aumentar, em relação ao programa anterior, o valor do benefício médio. Com essa mudança, o componente outros rendimentos se expandiu novamente, respondendo por 5,2% do rendimento médio mensal real domiciliar per capita, participação abaixo apenas da que foi registrada em 2020. Somando-se a isso, entre 2022 e 2023, observou-se o aumento da participação do rendimento proveniente de aluguel e arrendamento na composição do rendimento domiciliar per capita (de 1,9% para 2,2%). Assim, ainda que tenha havido uma expansão da população ocupada e do rendimento médio de todos os trabalhos nesse período, com um aumento considerável da massa de rendimentos do trabalho, a parcela do rendimento de todos os trabalhos no rendimento domiciliar per capita apresentou pequena variação negativa no período, de 74,5% para 74,2%.

Participação na composição do rendimento médio mensal real domiciliar per capita, segundo o tipo de rendimento (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2023.

Notas: 1. A preços médios do ano.

2. Dados consolidados de primeiras visitas em 2012, 2019 e 2023, e de quintas visitas em 2022.

(1) Rendimento habitualmente recebido pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.

¹⁰ Instituído pelo Decreto n. 10.316, de 07.04.2020, que regulamentou a Lei n. 13.982, de 02.04.2020.

¹¹ Inicialmente no valor médio de R\$ 400 por família em situação de pobreza, o Programa Auxílio Brasil obteve um acréscimo de R\$ 200 no benefício durante o segundo semestre de 2022. Para informações mais detalhadas, consultar o endereço: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2022/emendaconstitucional-123-14-julho-2022-792985-publicacaooriginal-165734-pl.html>.

¹² O novo Programa Bolsa Família foi instituído por meio da Medida Provisória n. 1.164, de 02.03.2023, regulamentada pela Lei n. 14.601, de 19.06.2023. Neste Programa, além do valor de R\$ 600 pago às famílias beneficiárias, foi criado o Benefício Primeira Infância, no valor de R\$ 150, destinado às famílias beneficiárias que possuem, em sua composição, crianças com idade entre 0 e 7 anos incompletos, pago por integrante que se enquadre nessa situação, e o Benefício Variável Familiar, no valor de R\$ 50, pago por integrante da família beneficiária que se enquadre nas seguintes situações: gestantes, crianças com idade entre 7 anos e 12 anos incompletos ou adolescentes com idade entre 12 anos e 18 anos incompletos. Para informações mais detalhadas, consultar o endereço: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14601.htm.

Participação percentual na composição do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*, por Grandes Regiões, segundo o tipo de rendimento (%)

Tipo de rendimento	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Todos os trabalhos (1)	74,2	76,3	65,7	75,3	75,6	79,3
Outras fontes	25,8	23,7	34,3	24,7	24,4	20,7
Aposentadoria e pensão	17,5	13,3	21,4	17,4	17,6	13,9
Aluguel e arrendamento	2,2	1,1	1,3	2,4	2,7	2,6
Pensão alimentícia, doação, mesada de não morador	0,9	0,8	0,9	1,0	0,8	0,8
Outros rendimentos	5,2	8,5	10,8	3,9	3,2	3,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023.

Notas: 1. A preços médios do ano.

2. Dados consolidados de primeiras visitas.

(1) Rendimento habitualmente recebido em todos os trabalhos pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.

Entre as Grandes Regiões, havia diferenças importantes na composição do rendimento domiciliar *per capita*, destacando-se a participação do rendimento de todos os trabalhos, que variou de 65,7%, na Região Nordeste, a 79,3%, na Região Centro-Oeste, em 2023. O aumento, ainda que moderado, do peso das outras fontes, entre 2022 e 2023, foi maior nas Regiões Sudeste (de 24,1% para 24,7%) e Centro-Oeste (de 20,3% para 20,7%), ao passo que na Região Norte observou-se uma pequena oscilação para baixo (de 23,8% para 23,7%).

O rendimento proveniente de aposentadoria e pensão também apresentou diferenças regionais importantes: nas Regiões Norte e Centro-Oeste, a participação foi de 13,3% e 13,9%, respectivamente, *vis-à-vis* a participação de 21,4% registrada na Região Nordeste; 17,6%, na Sul; e 17,4%, na Sudeste.

Merece destaque a participação acima da média nacional da rubrica outros rendimentos nas Regiões Nordeste (10,8%) e Norte (8,5%) em 2023, o que se deve ao peso dos programas sociais. Nas demais Regiões, a participação de outros rendimentos ficou entre 3,2%, na Região Sul, e 3,9%, na Sudeste. Entre 2022 e 2023, todas as Grandes Regiões apresentaram elevação da participação de outros rendimentos.

Destaca-se também o peso de aluguel e arrendamento nas Regiões Sul (2,7%), Centro-Oeste (2,6%) e Sudeste (2,4%), com essa rubrica puxando o aumento da participação de outras fontes nas Regiões Sul e Sudeste entre 2022 e 2023.

Programas sociais do governo

A série histórica mostra que a proporção de domicílios com algum beneficiário do Programa Bolsa Família era de 16,6% em 2012, reduzindo-se para 14,3% em 2019. Com o início da pandemia de COVID-19, em 2020, parte dos beneficiários do Bolsa Família passaram a receber o Auxílio Emergencial, benefício cria-

do para fazer frente à pandemia, o que explica a redução dessa proporção para 7,2% no ano, e o aumento brusco da proporção de domicílios com recebedores de outros programas sociais de 0,7% em 2019 para 23,7% em 2020¹³. Em 2021, as mudanças no Auxílio Emergencial ocorridas com a flexibilização das medidas sanitárias (redução do número de parcelas pagas e do valor médio) fizeram com que voltasse a aumentar o percentual de domicílios recebendo Bolsa Família (8,6%) e se reduziu a proporção de outros programas sociais (15,4%).

No final de 2021, o pagamento do Auxílio Emergencial foi interrompido e o governo federal substituiu o Programa Bolsa Família pelo Programa Auxílio Brasil¹⁴, o que explica o aumento, em 2022, do percentual de domicílios recebendo rendimento de tal programa (16,9%)¹⁵, bem como a redução brusca da rubrica outros programas sociais para 1,5%. Com a instituição do novo Bolsa Família em 2023, como mencionado anteriormente, observa-se um aumento do percentual de domicílios beneficiados para 19,0%, o maior valor da série histórica da pesquisa no que se refere a esse benefício, ao passo que a rubrica outros programas sociais oscilou para 1,4%.

As Regiões Norte e Nordeste continuaram com as maiores proporções de domicílios com beneficiários dos dois principais programas sociais em 2023: respectivamente, 31,7% e 35,5% recebiam rendimento do Bolsa Família; 6,3% e 5,9%, recebiam rendimento do Benefício de Prestação Continuada, da Lei Orgânica da Assistência Social - BPC-LOAS. Por outro lado, a Região Sul possuía as menores proporções de domicílios com beneficiários de ambos os programas: 7,9% do Bolsa Família e 2,8% do BPC-LOAS. Em relação a outros programas sociais do governo, as Regiões Norte (2,5%), Nordeste (2,2%) e Centro-Oeste (2,3%) registraram as maiores proporções de domicílios com beneficiários, ao passo que as Regiões Sudeste e Sul, as menores, ambas com 0,8%.

¹³ Na presente pesquisa, o Auxílio Emergencial entrava na rubrica de outros programas sociais.

¹⁴ O Programa Auxílio Brasil foi criado pela Lei n. 14.284, de 29.12.2021. Para informações mais detalhadas, consultar o endereço: <https://in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.284-de-29-de-dezembro-de-2021-370918498>.

¹⁵ Na presente pesquisa, os dados do Programa Auxílio Brasil foram captados na pergunta sobre o recebimento de rendimento do Programa Bolsa Família.

Percentual de domicílios particulares permanentes por recebimento de programas sociais do governo, segundo as Grandes Regiões (%)

Brasil e Grandes Regiões	Recebimento de programas sociais do governo														
	Bolsa Família/Auxílio Brasil					BPC-LOAS					Outros programas sociais				
	2019	2020	2021	2022	2023	2019	2020	2021	2022	2023	2019	2020 (1)	2021 (1)	2022	2023
Brasil	14,3	7,2	8,6	16,9	19,0	3,5	3,1	3,1	3,7	4,2	0,7	23,7	15,4	1,5	1,4
Norte	26,3	12,9	14,7	29,1	31,7	5,7	5,0	4,2	5,5	6,3	0,5	32,2	21,9	2,9	2,5
Nordeste	29,0	14,2	17,6	33,8	35,5	5,4	4,5	4,9	5,3	5,9	0,8	34,0	25,0	2,1	2,2
Sudeste	7,5	4,0	4,7	9,3	11,5	2,5	2,4	2,3	2,9	3,4	0,6	19,7	11,5	0,9	0,8
Sul	5,1	2,9	3,0	6,3	7,9	2,1	1,7	1,9	2,2	2,8	0,5	14,4	8,3	1,1	0,8
Centro-Oeste	9,1	5,0	4,8	11,0	12,8	3,9	3,8	3,3	3,8	4,3	1,0	20,6	12,9	2,4	2,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019-2023.

Nota: Dados consolidados de primeiras visitas em 2019 e 2023, e de quintas visitas no período 2020-2022.

(1) Auxílio Emergencial.

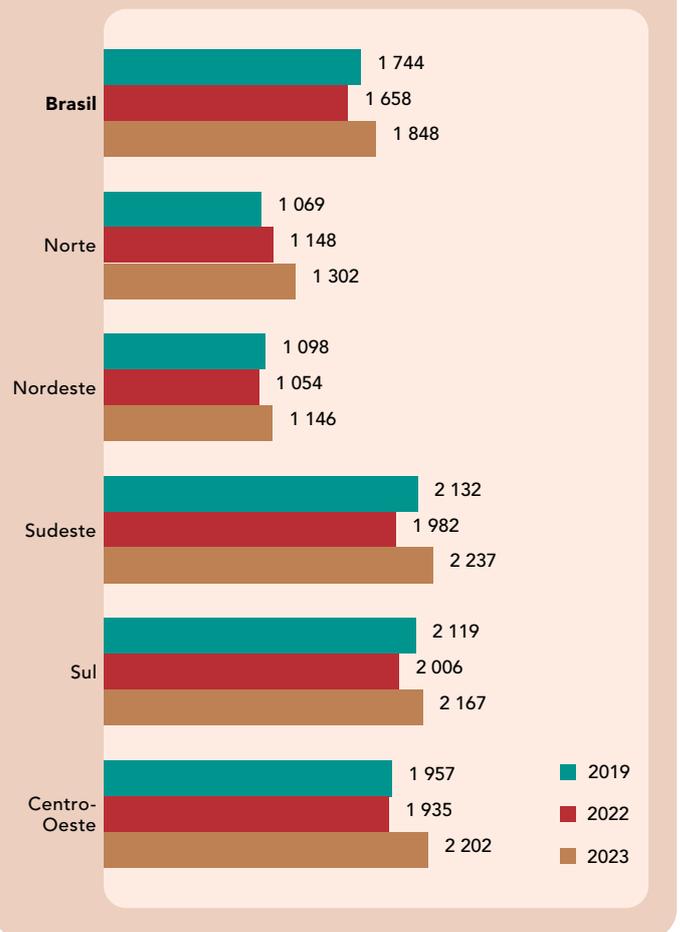
Rendimento médio mensal real domiciliar per capita

O rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* cresceu 7,3% no período de 2012 a 2019 (de R\$ 1 626 para R\$ 1 744). Com a pandemia de COVID-19, o rendimento domiciliar *per capita* perdeu valor, caindo 4,4% em 2020 e 7,0% em 2021, quando foi estimado em R\$ 1 551, o menor valor da série. Em 2022, no entanto, o rendimento médio domiciliar *per capita* voltou a crescer (6,9%), sendo estimado em R\$ 1 658. Em 2023, a expansão desse rendimento foi ainda maior (11,5%), alcançando o valor de R\$ 1 848, o maior da série histórica. Em relação a 2019, ano que anteriormente possuía o valor máximo da série, a elevação foi de 6,0%, ao passo que frente a 2012, ano inicial da pesquisa, o crescimento foi de 13,7%.

As Regiões Norte e Nordeste apresentaram os menores valores (R\$ 1 302 e R\$ 1 146, respectivamente), enquanto a Região Sudeste possuía o maior rendimento (R\$ 2 237), seguida pelas Regiões Centro-Oeste (R\$ 2 202) e Sul (R\$ 2 167). Entre 2022 e 2023, o rendimento médio domiciliar *per capita* aumentou em todas as Grandes Regiões, com destaque para a Norte (13,4%) e a Centro-Oeste (13,8%). Se comparado a 2019, também foram as Regiões Norte (21,8%) e Centro-Oeste (12,5%) que apresentaram maior elevação do indicador, ao passo que a Região Sul (2,3%), a menor.

O rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* era diferenciado quando comparados os grupos de domicílios que recebiam ou não algum programa de transferência de renda, especialmente quando o benefício era do Programa Bolsa Família. O rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* nos domicílios que recebiam o Bolsa Família, em 2023, foi de R\$ 635, e naqueles que não recebiam foi de R\$ 2 227. Para os domicílios que recebiam o BPC-LOAS o rendimento médio domiciliar *per capita* foi de R\$ 1 068 e para os que não recebiam, R\$ 1 885. Por sua vez, nos domicílios que recebiam outros programas sociais o rendimento médio foi de R\$ 826, frente a R\$ 1 867 naqueles que não recebiam.

Rendimento médio mensal real domiciliar per capita, segundo as Grandes Regiões (R\$)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2023.

Notas: 1. A preços médios de 2023.

2. Na composição do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*, o rendimento habitual do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

3. Dados consolidados de primeiras visitas em 2019 e 2023, e de quintas visitas em 2022.

Vale destacar que em 2022, e em menor medida em 2023, houve aumento dos valores médios de benefício pagos por meio do Programa Bolsa Família/ Auxílio Brasil, de forma a alcançarem, nesses dois anos, níveis substancialmente superiores aos usualmente pagos pelo programa em anos anteriores, inclusive no período que antecedeu a pandemia do novo coronavírus. Esse maior valor pago como benefício contribuiu para um crescimento do rendimento das famílias beneficiárias. Analisando o período 2019-2023, observa-se que enquanto o rendimento *per capita* do grupo de domicílios que recebiam o Bolsa Família cresceu 42,4% (de 446 para 635), entre aqueles que não recebiam o benefício a variação foi de 8,6% (de R\$ 2 051 para R\$ 2 227).

Rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*, segundo o recebimento de programas sociais do governo (R\$)

Recebimento de programas sociais do governo	Rendimento médio mensal real domiciliar <i>per capita</i> (R\$)			
	2012	2019	2022	2023
Recebe Bolsa Família	484	446	557	635
Não recebe Bolsa Família	1 961	2 051	1 967	2 227
Recebe BPC-LOAS	905	941	940	1 068
Não recebe BPC-LOAS	1 647	1 776	1 688	1 885
Recebe outros programas sociais	811	854	851	826
Não recebe outros programas sociais	1 640	1 751	1 674	1 867

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2023.

Notas: 1. A preços médios de 2023.

2. Na composição do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*, o rendimento habitual do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

3. Dados consolidados de primeiras visitas em 2012, 2019 e 2023, e de quintas visitas em 2022.

Indicadores de concentração de rendimento

Distribuição por classes de percentual das pessoas em ordem crescente de rendimento domiciliar *per capita*¹⁶

Ao observar a estratificação em classes de percentual das pessoas em ordem crescente de rendimento mensal real domiciliar *per capita*, nota-se que os 40% da população com menores rendimentos receberam, em média, R\$ 527, o maior valor registrado pela série histórica para este grupo. Se comparado a 2022 (R\$ 468), esse rendimento foi 12,6% maior, enquanto, na comparação com 2019 (R\$ 442), houve aumento de 19,2% na média nacional. Entre os fatores que podem explicar tal crescimento, estão o recebimento do Bolsa Família, bem como a recuperação do mercado de trabalho.

Na análise regional, observam-se diferenças importantes na ordem de grandeza dos rendimentos. A Região Sul (R\$ 782) apresentou a maior média de rendimento domiciliar *per capita* para os 40% da população com menores rendimentos em 2023, e as Regiões

Norte (R\$ 398) e Nordeste (R\$ 342), as menores. Entre 2022 e 2023, todas as Grandes Regiões registraram crescimento no rendimento médio dessa parcela da população, com destaque para a Região Norte (16,7%), seguida pela Sudeste (14,0%). Em relação a 2019, tam-

bém se observa um crescimento expressivo no rendimento domiciliar *per capita* dos 40% da população com menores rendimentos em todas as Grandes Regiões, notadamente nas Regiões Norte (44,7%) e Nordeste (32,0%), justamente as de menor rendimento médio.

Rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* dos 40% da população com menores rendimentos, segundo as Grandes Regiões (R\$)

Brasil e Grandes Regiões	Rendimento médio mensal real domiciliar <i>per capita</i> dos 40% da população com menores rendimentos (R\$)			
	2012	2019	2022	2023
Brasil	425	442	468	527
Norte	286	275	341	398
Nordeste	262	259	302	342
Sudeste	582	605	602	686
Sul	666	738	712	782
Centro-Oeste	553	594	621	699

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2023.

Notas: 1. A preços médios de 2023.

2. Na composição do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*, o rendimento habitual do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

3. As classes de percentual de pessoas foram calculadas com base nos respectivos percentis. Desta forma, o P40 representa aproximadamente 40% da população com menores rendimentos.

4. Dados consolidados de primeiras visitas em 2012, 2019 e 2023, e de quintas visitas em 2022.

¹⁶ A fórmula de cálculo das estatísticas por classes de percentual das pessoas em ordem crescente de rendimento aloca pessoas com igual rendimento no mesmo percentil da distribuição, ainda que isso afete a proporção exata de pessoas em cada classe. Desta forma, as classes apresentadas neste tópico corresponderão, aproximadamente, ao percentual indicado. Para informações mais detalhadas, ver Anexo 10 das Notas técnicas: versão 1.15 da PNAD Contínua, no portal do IBGE na Internet, no endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=notas-tecnicas>.

Rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*, segundo as classes de percentual das pessoas, em ordem crescente de rendimento (R\$)

Classes de percentual das pessoas, em ordem crescente de rendimento domiciliar <i>per capita</i>	Rendimento médio mensal real domiciliar <i>per capita</i> (R\$)				
	2012	2022	2023	Variação 2022-2023	Variação 2012-2023
Total	1 626	1 658	1 848	11,5%	13,7%
Até 5%	86	91	126	38,5%	46,5%
Mais de 5% até 10%	227	252	294	16,7%	29,5%
Mais de 10% até 20%	359	397	450	13,4%	25,3%
Mais de 20% até 30%	515	571	634	11,0%	23,1%
Mais de 30% até 40%	673	734	815	11,0%	21,1%
Mais de 40% até 50%	860	930	1 038	11,6%	20,7%
Mais de 50% até 60%	1 091	1 170	1 290	10,3%	18,2%
Mais de 60% até 70%	1 341	1 401	1 549	10,6%	15,5%
Mais de 70% até 80%	1 757	1 824	2 014	10,4%	14,6%
Mais de 80% até 90%	2 541	2 635	2 897	9,9%	14,0%
Mais de 90% até 100%	6 963	6 746	7 580	12,4%	8,9%
Mais de 90% até 95%	3 997	4 076	4 547	11,6%	13,8%
Mais de 95% até 99%	7 486	7 192	8 100	12,6%	8,2%
Mais de 99% até 100%	19 667	18 257	20 664	13,2%	5,1%

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2023.

Notas: 1. A preços médios de 2023.

2. Na composição do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*, o rendimento habitual do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

3. As classes foram calculadas com base nos respectivos percentis. Desta forma, a classe até 5% representa o P5 com aproximadamente 5% da população com menores rendimentos; a classe mais de 5% até 10% representa aproximadamente mais de 5% até 10% da população com menores rendimentos e assim por diante.

4. Dados consolidados de primeiras visitas em 2012 e 2023, e de quintas visitas em 2022.

Para os 10% da população com os maiores rendimentos, por sua vez, o rendimento médio domiciliar *per capita* foi de R\$ 7 580 em 2023, atingindo, também, o maior valor da série histórica, um pouco acima do valor observado em 2019 (R\$ 7 467). Em relação a 2022 (R\$ 6 746), a expansão foi de 12,4%. Essa classe, no entanto, apresentava grande variabilidade interna quanto aos valores de rendimento domiciliar, sendo que para o subgrupo formado pelo último percentual da distribuição de renda (1% da população com maior rendimento), o rendimento médio *per capita* foi de \$ 20 664 em 2023.

Na comparação entre 2022 e 2023, houve aumento do rendimento domiciliar *per capita* médio a uma taxa superior a 10% em todas as classes de rendimento, com exceção da classe que compreende os percentis mais de 80% até 90%, cuja expansão (9,9%), no entanto, ficou bastante próxima desse patamar. Nota-se que o aumento no rendimento médio ocorreu com maior intensidade no limite inferior da distribuição, cujo ganho chegou a 38,5% na classe até 5%; 16,7% na classe mais de 5% até 10%; e de 13,4% na classe mais de 10% até 20%. No extremo superior das classes de renda, o crescimento também ficou um pouco acima da média nacional (11,5%), alcançando 12,6% na classe de 95% até 99% e 13,2% no último percentual (classe mais de 99% a 100%).

De 2012 para 2023, também houve aumento do rendimento domiciliar *per capita* médio em toda a distribuição, com as taxas de crescimento assumindo valores nitidamente decrescentes à medi-

da que se avança nas classes de renda. Assim, enquanto as classes até 5% e mais de 5% até 10% apresentaram crescimento do rendimento médio de 46,5% e 29,5%, respectivamente, a de mais de 95% a 99% apresentou expansão de 8,2% na comparação com a estimativa de 2012, ao passo que a classe mais de 99% a 100% aumentou apenas 5,1% no período.

Em 2023, a análise da concentração de renda por meio da distribuição das pessoas por classes de rendimento domiciliar *per capita* mostrou que as pessoas que faziam parte dos 10% da população com rendimentos mais elevados recebiam, em média, 14,4 vezes o rendimento dos 40% da população com os menores rendimentos. Ao considerar o 1% da população com maiores rendimentos, verifica-se que seu rendimento médio chegava a 39,2 vezes o rendimento dos 40% de menor renda. Assim, apesar do substancial aumento do rendimento médio domiciliar *per capita* em todos os estratos, quando comparados os rendimentos médios das diferentes classes de renda observa-se que a desigualdade no País permanecia bastante acentuada.

A razão entre o rendimento médio do décimo da população com maior renda e o rendimento médio dos 40% da população com os menores rendimentos mostrou trajetória de redução de 2012 (16,3 vezes) até 2015 (14,9 vezes), a partir de quando voltou a crescer até alcançar o pico da série (17,1 vezes) em 2018. Em 2019 (16,9 vezes), essa razão apresentou pequena oscilação, mas no pri-

meiro ano da pandemia do novo coronavírus, em 2020, reduziu-se de forma acentuada para 14,8 vezes, devido a alterações ocorridas na composição do rendimento domiciliar, com a retração do mercado de trabalho e o maior peso de outras fontes de renda, sobretudo outros rendimentos como o Auxílio Emergencial. Entretanto, em 2021, com a flexibilização das medidas sanitárias – que permitiu a retomada do mercado de trabalho – e os ajustes realizados no Auxílio Emergencial, essa razão voltou a aumentar (17,0 vezes), retomando um nível próximo aos dois anos que antecederam a pandemia. Com o aumento significativo da ocupação e o pagamento de valores mais altos aos beneficiários do Auxílio Brasil, em 2022, essa razão caiu para o menor valor da série (14,4 vezes), permanecendo neste valor em 2023, ano em que se observou um aumento considerável tanto da renda do trabalho quanto da renda proveniente de outras fontes, especialmente de benefícios de programas sociais.

Razão do rendimento médio mensal real domiciliar per capita entre os 10% da população com maiores rendimentos e os 40% com os menores rendimentos



2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020 2021 2022 2023

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2023.

Notas: 1. A preços médios do ano.

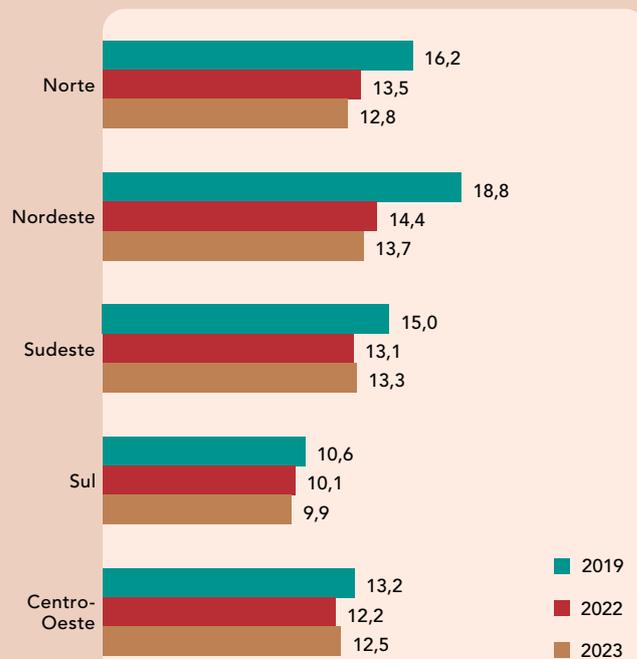
2. Na composição do rendimento médio mensal real domiciliar per capita, o rendimento habitual do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

3. As classes de percentual de pessoas foram calculadas com base nos respectivos percentis. Desta forma, o P40 representa aproximadamente 40% da população com menores rendimentos e o último decil delimita aproximadamente 10% da população com maiores rendimentos.

4. Dados consolidados de primeiras visitas no período 2012-2019 e em 2023, e de quintas visitas no período 2020-2022.

Em termos regionais, observou-se que a Região Nordeste (13,7 vezes) apresentou a maior razão entre o rendimento médio dos 10% de maior renda e dos 40% da população com os menores rendimentos, seguida pela Região Sudeste (13,3 vezes), ao passo que a Sul continuou a apresentar a menor razão (9,9 vezes). Entre 2022 e 2023, essa razão se declinou nas Regiões Norte (de 13,5 vezes para 12,8 vezes), Nordeste (de 14,4 para 13,7 vezes) e, em menor medida, na Sul (de 10,1 para 9,9), mas apresentou pequena variação positiva nas Regiões Sudeste (de 13,1 para 13,3 vezes) e Centro-Oeste (de 12,2 para 12,5). Em relação a 2019, todas as Grandes Regiões apresentaram redução dessa razão, com quedas mais acentuadas observadas nas Regiões Nordeste (-5,1 vezes) e Norte (-3,4 vezes).

Razão do rendimento médio mensal real domiciliar per capita entre os 10% da população com maiores rendimentos e os 40% da população com os menores rendimentos, segundo as Grandes Regiões



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2023.

Notas: 1. A preços médios do ano.

2. Na composição do rendimento médio mensal real domiciliar per capita, o rendimento habitual do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

3. As classes de percentual de pessoas foram calculadas com base nos respectivos percentis. Desta forma, o P40 representa aproximadamente 40% da população com menores rendimentos e o último decil delimita aproximadamente 10% da população com maiores rendimentos.

4. Dados consolidados de primeiras visitas em 2019 e 2023, e de quintas visitas em 2022.

Índice de Gini do rendimento médio mensal real domiciliar per capita

Entre 2012 e 2015, houve uma tendência de redução da desigualdade do rendimento médio mensal real domiciliar per capita (de 0,540 para 0,524), que foi revertida a partir de 2016, quando o índice aumentou para 0,537, chegando ao maior valor da série histórica em 2018 (0,545). Após relativa estabilidade em 2019 (0,544), o índice de Gini se reduziu para 0,524 em 2020, mas voltou a aumentar em 2021 para o mesmo patamar de 2019 (0,544). Em 2022, o índice de Gini do rendimento domiciliar per capita caiu ao menor valor da série, 0,518, estabilizando-se nesse valor em 2023.

Como anteriormente observado por meio de outras medidas de desigualdade, a Região Nordeste permaneceu com o maior índice de Gini em 2023 (0,509), seguida de perto, nesse último ano, pela Região Sudeste (0,508). A Região Sul apresentou novamente o menor índice (0,454). Entre 2022 e 2023, a desigualdade medida pelo Gini apresentou maiores variações nas Regiões Norte (de 0,509 para 0,500) e Nordeste (de 0,517 para 0,509), ambas apresentando

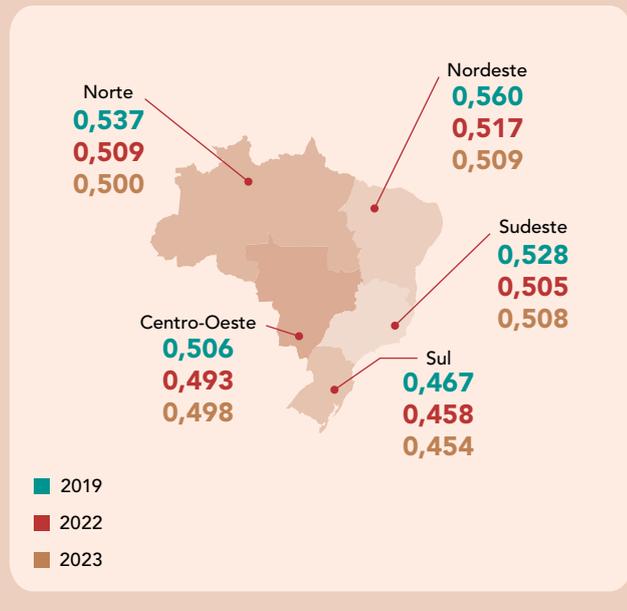
queda desse indicador. Ressalta-se que essas duas Regiões possuem as maiores proporções de domicílios beneficiados pelo Programa Bolsa Família e essa melhora na distribuição de renda pode ter sido favorecida pelo aumento do valor do benefício médio e pela ampliação da população abrangida pelo programa. Na Região Nordeste, inclusive, o índice de Gini chegou, em 2023, ao menor valor da série, ainda que tenha permanecido como a Região mais desigual do País. Nas demais Grandes Regiões, observou-se menores oscilações do indicador, com uma queda moderada na Região Sul (de 0,458 para 0,454), e variações positivas nas Regiões Sudeste (de 0,505 para 0,508) e Centro-Oeste (de 0,493 para 0,498). A elevação do Gini nas duas últimas reflete, em parte, o aumento da desigualdade do rendimento do trabalho nessas Regiões, sendo a renda do trabalho o componente de maior peso na determinação da massa de rendimentos domiciliares.

Índice de Gini do rendimento médio mensal real domiciliar per capita

Brasil

2012	2013	2014	2015	2016	2017
0,540	0,532	0,526	0,524	0,537	0,539
2018	2019	2020	2021	2022	2023
0,545	0,544	0,524	0,544	0,518	0,518

Grandes Regiões



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2023.

Notas: 1. A preços médios do ano.

2. Na composição do rendimento médio mensal real domiciliar per capita, o rendimento habitual do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

3. Dados consolidados de primeiras visitas no período 2012-2019 e em 2023, e de quintas visitas no período 2020-2022.

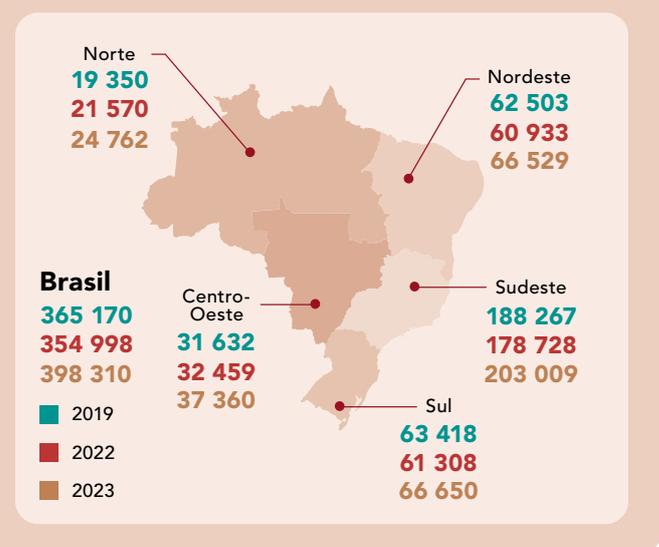
Massa de rendimento médio mensal real domiciliar per capita

A massa de rendimento médio mensal real domiciliar per capita totalizou R\$ 398,3 bilhões em 2023, 12,2% maior do que o estimado para 2022, cujo valor foi de R\$ 355,0 bilhões, atingindo no último ano o maior valor da série histórica da PNAD Contínua. Em relação a 2019 (R\$ 365,2 bilhões), a expansão foi de 9,1%.

A Região Sudeste apresentou a maior massa de rendimento do Brasil (R\$ 203,0 bilhões), o que correspondia a 51,0% da massa total. As Regiões Sul (R\$ 66,7 bilhões) e Nordeste (R\$ 66,5 bilhões) respondiam conjuntamente por cerca de 1/3 da massa do País, enquanto as Regiões Centro-Oeste (R\$ 37,4 bilhões) e Norte (R\$ 24,8 bilhões), as menos populosas, foram responsáveis pelo equivalente a 9,4% e 6,2%, respectivamente.

Entre 2022 e 2023, todas as Grandes Regiões apresentaram aumento na massa de rendimento domiciliar per capita, com destaque para as Regiões Centro-Oeste e Norte, cujas massas subiram 15,1% e 14,8%, respectivamente. As menores taxas de expansão foram observadas nas Regiões Nordeste (9,2%) e Sul (8,7%), mas ainda assim apresentaram um crescimento substancial em relação ao ano anterior, de forma que em todas as Grandes Regiões a massa de rendimento alcançou, em 2023, o maior valor da série histórica. No período 2019-2023, o crescimento da massa de rendimento domiciliar também foi mais elevado nas Regiões Norte (28,0% no acumulado do período) e Centro-Oeste (18,1%), bastante acima do registrado nas Regiões Nordeste (6,4%), Sudeste (7,8%) e Sul (5,1%).

Massa do rendimento mensal real domiciliar per capita, segundo as Grandes Regiões (milhões R\$)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2023.

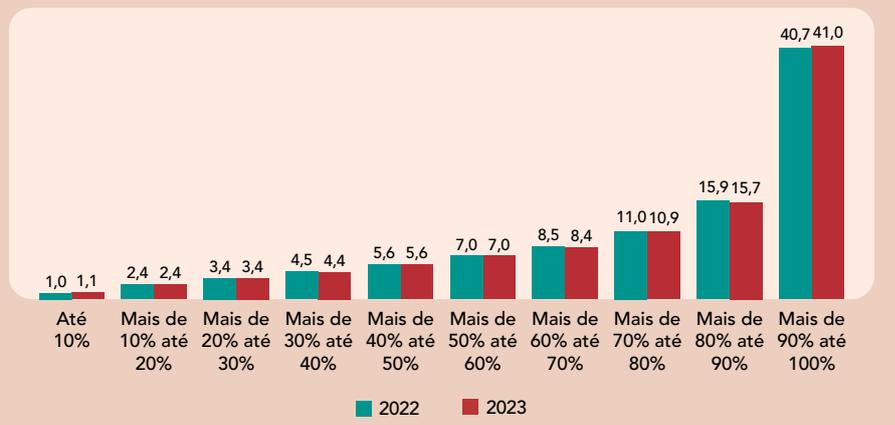
Notas: 1. A preços médios de 2023.

2. Na composição do rendimento médio mensal real domiciliar per capita, o rendimento habitual do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

3. Dados consolidados de primeiras visitas em 2019 e 2023, e de quintas visitas em 2022.

A parcela do décimo populacional com os menores rendimentos detinha 1,1% da massa, *vis-à-vis* 41,0% dos 10% da população com os maiores rendimentos, em 2023. Cabe destacar que este último grupo possuía uma parcela da massa de rendimento quase equivalente à dos 80% da população com os menores rendimentos (43,3%). Entre 2022 e 2023, o grupo dos 10% com maiores rendimentos apresentou um ganho de participação de 0,3 ponto percentual (p.p.) na massa de rendimento domiciliar *per capita*, e o décimo de menor rendimento registrou uma oscilação positiva de 0,1 p.p. Ao comparar com 2019, nota-se um quadro distinto, pois enquanto o grupo dos 10% com maiores rendimentos perdeu participação na massa de rendimento domiciliar *per capita* (de 42,8% para 41,0%), o décimo com menores rendimentos apresentou variação positiva (de 0,8% para 1,1%). ■

Distribuição da massa de rendimento mensal real domiciliar *per capita*, segundo as classes de percentual das pessoas, em ordem crescente de rendimento (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022-2023.

- Notas:
1. A preços médios do ano.
 2. Na composição do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*, o rendimento habitual do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.
 3. As classes foram calculadas com base nos respectivos percentis. Desta forma, a classe até 10% representa o P10 com aproximadamente 10% da população com menores rendimentos; a classe mais de 10% até 20% representa aproximadamente mais de 10% até 20% da população com menores rendimentos e assim por diante.
 4. Dados consolidados de quintas visitas em 2022, e de primeiras visitas em 2023.

Expediente

Elaboração do texto

Diretoria de Pesquisas,
Coordenação de Pesquisas
por Amostra de Domicílios

Normalização textual

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Sistematização de
Conteúdos Informacionais

Projeto gráfico

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Editoração

Imagens fotográficas

Freepik

Impressão

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gráfica Digital

Se o assunto é Brasil,
procure o IBGE.

[f /ibgeoficial](#) [i /ibgeoficial](#) [t /@ibgeoficial](#)

[x /ibgecomunica](#) [v /ibgeoficial](#)



Saiba mais sobre a
pesquisa.

www.ibge.gov.br 0800 721 8181

SIGA O IBGE NAS REDES SOCIAIS E CONHEÇA MAIS SOBRE O BRASIL



APONTE SUA CÂMERA PARA OS QR CODES,
ACESSE, USE E COMPARTILHE